



APRESENTAÇÃO PRESENTATION

Nessa nova edição da Revista Direitos Culturais (ISSN: 21771499 eletrônico e 19807805 impresso), organizada e publicada pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado e Doutorado em Direito, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – campus de Santo Ângelo/RS, mais uma vez, primamos por proporcionar aos leitores, análises e perspectivas sobre temas atuais e complexos, contando com a participação de autores de inúmeras instituições de ensino superior e de vários estados do país, trazendo artigos sobre diversas temáticas, sempre conectados às linhas de pesquisa do programa: I - Direito e Multiculturalismo e II - Políticas de Cidadania e Resolução de Conflitos, conforme orientação sugerida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para publicação de periódicos científicos.

Conscientes de que o aumento qualitativo da produção acadêmica no Brasil, está inextricavelmente relacionado ao fortalecimento dos periódicos científicos, a Revista Direitos Culturais, engajada nessa proposta de melhorias, oportuniza a publicação quadrimestral de artigos, por pesquisadores de todo o Brasil, assim como de países estrangeiros, passando pelo duplo processo de avaliação, *double blind review*, privilegiando o critério da exogenia, tanto para avaliadores como para autores.

Assim, em “Mediação e Transformação Social”, Jose Luis Bolzan de Moraes e Mariana Rodrigues Veras, trazem que a mediação se tornou um ambiente privilegiado nos últimos tempos sem, contudo, ter conseguido amearhar, ao mesmo tempo, uma sofisticação teórica compatível com suas práticas que têm se tornado, cada vez mais, uma expressão do modelo neoliberal gerencial eficientista de gestão da crise do Sistema de Justiça. Na contramão disso, a literatura de Luis Alberto Warat nos permite pensar a mediação desde suas potencialidades disruptivas e transformadoras, dotada de uma potência que impacta as práticas jurídicas e seus atores.

Depois, Thiago Dias Oliva e Dennys Marcelo Antonialli, apresentam “Estratégias de Enfrentamento ao Discurso de Ódio na Internet: o caso alemão”, onde aduzem que o discurso de ódio, muito embora seja um problema amplamente reconhecido em países de aspiração multicultural, permanece controverso em diversos aspectos que vão desde a sua definição, os parâmetros para sua identificação no caso concreto até a resposta que se deve dar a ele, sobretudo do ponto de vista jurídico. O ambiente virtual veio acrescentar mais uma camada de complexidade ao problema, colocando novos obstáculos à construção de uma sociedade inclusiva e multicultural.

Em seguida, Rafael Padilha dos Santos apresenta “O tratamento jurídico e normativo da dignidade da pessoa humana e sua aplicação na cultura jurídica estadunidense”, europeia e brasileira, onde analisa a dignidade da pessoa humana a partir da sua realidade normativa e jurídica contemporânea em âmbito nacional, regional e internacional, e o tratamento jurídico de sua aplicação na realidade das Supremas Cortes nos Estados Unidos, em países europeus e no Brasil.

Logo, Diogo Rais e Nathalia Sartarello Barbosa apresentam “O reflexo da sociedade do hiperconsumo no Instagram e a responsabilidade civil dos influenciadores digitais”, onde analisam a responsabilidade civil no Instagram a partir do contexto das obras de Gilles Lipovetsky sobre hiperconsumo e sociedade hedonista, pois a publicidade, que exerce um importante papel na formação de opinião dos consumidores, vem se difundindo gradativamente ao ponto de fazer uso das redes sociais para cumprir seu papel de divulgação de marcas.

Em seguida, Jadson Correia de Oliveira e Vanessa Estevam Alves apresentam “Estado Moderno e Pluralismo Jurídico: uma análise dentro do novo constitucionalismo latino-americano”, onde analisam as características do Estado Moderno e do Pluralismo Jurídico para demonstrar as incompatibilidades entre eles, verificando que este promove a desconstrução dos elementos caracterizadores do Estado Moderno, bem como, aborda fragmentos históricos do período colonial para estabelecer uma relação entre Estado Moderno, Novo Constitucionalismo Latino-Americano, Pluralismo Jurídico e colonização justificando a necessidade do estudo proposto.

Posteriormente, Gilmar Antonio Bedin, Elenise Felzke Schonardie e Aline Michele Pedron Leves apresentam “Os Direitos Humanos e o Cosmopolitismo no Panorama das Cidades Globais: desafios e paradoxos da contemporaneidade”, onde contextualizam a temática da construção de uma sociedade cosmopolita a partir do panorama das cidades globais do século XXI. Na medida em que se verificaram os avanços intrínsecos da modernização, a contemporaneidade trouxe consigo uma série de paradoxos e desafios oriundos do fenômeno da globalização, os quais transformaram os sistemas de referência e passaram a exigir respostas às inúmeras complexidades sociais.

Na sequência, Gleibe Pretti, Fabricio Bau Dalmas e Antonio Roberto Saad apresentam “Análise jurídica ambiental em áreas de preservação permanente da bacia hidrográfica do ribeirão das lavras, município de guarulhos (SP)”, onde demonstram o desrespeito à legislação ambiental na Bacia Hidrográfica de Ribeirão das Lavras, área localizada no Município de Guarulhos. Foi realizada a análise da Lei vigente, através de imagens de satélite, assim como no local e foi demonstrado que a parte norte, da área de estudo, ainda está conservada e precisa ser mantida.

Depois, Larissa Dias Puerta dos Santos, Felipe Chiarello de Souza Pinto, Mayara Ferrari Longuini apresentam “Discrecionariedade Administrativa e Controle Judicial de Políticas Públicas”, onde revisitam a compreensão doutrinária a respeito da discrecionariedade dos atos administrativos exarados pela Administração Pública, bem como o possível controle, interno e externo, à que estes mencionados atos estão sujeitos, pretende-se esclarecer os elementos aptos a diferenciar as espécies de atos administrativos expedidos pela Administração Pública e classificados pela doutrina atual.

Em seguida, Roberto Henrique Pôrto Nogueira e Leila Bitencourt Reis da Silva apresentam “Empresa Social e o seu papel ampliador da noção de função social da empresa”, onde aduzem ser comum relacionar ações em prol de melhorias sociais a entidades sem fins lucrativos em detrimento de entes do segundo setor. Porém, as empresas sociais têm contribuído para relativizar essa divisão hermética entre a busca por lucros e a finalidade de amenizar dificuldades advindas da desigualdade econômica.

Logo, Fabio Resende Leal e José Luiz Ragazzi apresentam “O Processo como Instrumento de Efetivação dos Direitos Sociais no Sistema de Precedentes Estabelecido pelo Código de Processo Civil de 2015”, onde analisam a instrumentalidade do processo a partir do sistema de precedentes estabelecido pelo Código de Processo Civil de 2015. Elaborado pelo método hipotético-dedutivo, busca verificar se referido sistema contribuirá, de fato, à ampliação do acesso à justiça ou, ao contrário, significará, na prática, novo obstáculo à efetivação dos direitos sociais

Por fim, Nexton Cesar Pilau com “A Proteção dos Direitos Infanto-Juvenis na esfera Internacional como estrutura basilar para efetivação do direito à educação na primeira infância”, no qual analisa as declarações internacionais como instrumentos balizares da temática, elencando os princípios reconhecidos internacionalmente e os aspectos políticos e didáticos das declarações para com o Estado brasileiro a fim de concretizar direitos às crianças.

Assim, nessa edição, os leitores encontrarão nos artigos da revista, temas contemporâneos, complexos e instigantes, que semearão, de imediato, o gosto pela pesquisa e pela ampliação do debate acadêmico.

Desejamos a todos, uma excelente e proveitosa leitura!

Os Editores!

